


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016764-95.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória**
 Requerente: **Roberto Luiz Leão Barseleri e outro**
 Requerido: **Espolio de Maria Aquilino Di Genova ou Maria Aquibuio de Genova e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

ROBERTO LUIZ LEÃO BARSELERI e SILMARA APARECIDA FRANÇA BELONSI BARSELERI ajuizaram a presente ação de **ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA** em face de **MARGARIDA BUCHEVISER** e dos **ESPÓLIOS DE MARIA AQUIBUIO DE GENOVA, MIGUEL DE GALLUCCI, DOMENICUQUE DE GENOVA, PEDRO DE GENOVA, AMERICO WALTER** (petição de fls. 35 recebida como aditamento à inicial pelo despacho de fls. 37), **EDNA EMILIA GALLUCCI, MIGUEL AFFONSO GALLUCCI** e sua mulher **ELISABETH GALLUCCI, EDNA REGINA GALLUCCI** e seu marido **LUIS CARLOS ALVES, RUI MAZZIERO, MARINA GALLUCCI MAZZIERO e BEATRIZ GALLUCCI MAZZIERO** (esses últimos incluídos pelo despacho de fls. 79).

Aduziram, em síntese, que em 22/11/11 adquiriram dos requeridos o imóvel descrito na inicial, mediante instrumento particular de cessão de direitos, pelo valor de R\$ 35.000,00, e que não conseguem lavrar a escritura porque as transações anteriores não foram averbadas nas matrículas. Propuseram a presente ação visando à adjudicação do imóvel. Juntaram documentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A correquerida Margarida Bucheviser (proprietária) foi devidamente citada. Compareceu à audiência de tentativa de conciliação, concordando com os termos da inicial (cf. fls. 66).

Já os Espólios citados por edital receberam curador especial, que contestou por negativa geral (cf. fls. 67).

As partes foram instadas a produzir provas e requereram o julgamento do feito.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 75 e 77/78.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Os autores vêm a juízo se dizendo “donos” do imóvel descrito a fls. 03, que adquiriram mediante contrato particular de “cessão de direitos” firmado em 22/11/2011 e exibido a fls. 10/14.

Aludida transação foi firmada com: 1) Edna Emilia Chizzotti Galluci, 2) Miguel Affonso Gallucci, 3) Elisabeth Coelho de Carvalho Gallucci, 4) Edna Regina Gallucci, 5) Luis Carlos Alves, 6) Rui Mazziero, 7) Marina Gallucci Mazziero e 8) Beatriz Gallucci Mazziero

Maria Aquibuio, Miguel de Gallucci, Domenicuque de Genova, Pedro de Genova e Américo Walter, hoje falecidos, e Margarida Bucheviser constam das Matrículas carreadas as fls. 08/09 como donos dos imóveis.

A defesa trazida pela zelosa curadora especial, que veio aos autos em respeito ao princípio do contraditório, não tem força para impedir a procedência do pleito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ademais, a única proprietária viva do imóvel concordou com os termos da inicial (cf. fls. 66).

Os cedentes citados às fls. 85v e 86v não se opuseram ao pleito. Os demais, Marina Galluci, Beatriz Galluci e Rui Mazziero trouxeram declaração nos autos em nada se opondo ao pleito.

Assim, não contestada a ação e havendo expressa concordância dos requeridos têm os autores direito de ver sua situação regularizada no Registro de Imóveis.

É o que basta para a solução da demanda.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para ADJUDICAR aos autores o imóvel matriculado sob o número nº 59.131 no CRI local, de forma que esta sentença supra a falta de escritura de compra e venda e sirva como título hábil a registro. Transitada esta em julgado e recolhido o imposto, expeça-se carta de sentença para registro nos termos do artigo 221, inciso IV da Lei de Registros Públicos.

Como os requeridos não apresentaram resistência ao pleito, deixo de condená-los nas verbas de sucumbência.

P.R.I.

São Carlos, 06 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**